

ACADEMIA DA FORCA AEREA

Termo de Referência 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2026	120060-ACADEMIA DA FORCA AEREA	ABRAAO GONCALVES ROMBE	22/06/2026 10:08 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	89/2026	67510.000677/2026-14

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Material Odontológico de Ortodontia**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Requisição	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	ANVISA	COTA RESERVADA	QTD MÍN.	QTD MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR SOMA MÁX
1		ACALCADOR DE BANDAS TIPO TRIANGULAR. MATERIAL: PLÁSTICO BRANCO COM PONTA DE INOX NO FORMATO TRIANGULAR, CABO COM 160MM E PONTA ATIVA COM 4MM REF: 75.01.011.	445133	UN	SIM	NÃO	1	10	R\$ 19,00	R\$ 190
2		ADESIVO ORTODÔNTICO FOTOPOLIMERIZÁVEL, KIT COMPOSTO POR 1 SERINGA DE 4G.	391133	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 76,17	R\$ 380,83
3		ALICATE ORTODÔNTICO ANGLES 139, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO ERGONÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430639	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 193,61	R\$ 968,05
4		ALICATE ORTODÔNTICO CORTE DISTAL COM VÍDEA, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO ERGONÔMICO, ACABAMENTO ESCOVADO, E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRAVADAS NO CABO DO ALICATE. GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430641	UN	SIM	NÃO	1	6	R\$ 506,60	R\$ 3039,6

5		ALICATE ORTODÔNTICO CORTE PESADO BIARTICULADO , FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, LÂMINA COM TRATAMENTO ESPECIAL, INDICADO PARA CORTES EM FIOS E CABOS DE AÇO, EQUIPADO COM TRAVA E MOLA REFORÇADA E CABO EMBORRACHADO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	418071	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 100,05	R\$ 500,27
6		ALICATE ORTODÔNTICO DE LA ROSA Nº 109 COM MOLA, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	428143	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 165,88	R\$ 829,4
7		ALICATE ORTODÔNTICO Nº 222F (FÊMEA) PARA TORQUE INDIVIDUAL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL . GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430666	UN	SIM	NÃO	1	3	R\$ 199,24	R\$ 597,71
8		ALICATE ORTODÔNTICO Nº 222M (MACHO) PARA TORQUE INDIVIDUAL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430665	UN	SIM	NÃO	1	3	R\$ 195,23	R\$ 585,7
9		ALICATE ORTODÔNTICO PARA CORTE DE AMARRILHO 151 COM VÍDEA, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO ERGONÔMICO, ACABAMENTO ESCOVADO, E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRAVADAS NO CABO DO ALICATE. GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430729	UN	SIM	NÃO	1	10	R\$ 506,60	R\$ 5066
10		ALICATE ORTODÔNTICO REMOVEDOR DE BRÁQUETES RETO Nº 346R, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430655	UN	SIM	NÃO	1	2	R\$ 123,60	R\$ 247,19
11		ALICATE ORTODÔNTICO TORQUE INDIVIDUAL LONGO 442L, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO ERGONÔMICO,. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	430782	UN	SIM	NÃO	1	2	R\$ 165,88	R\$ 331,76
12		APARELHO PROTATOR MANDIBULAR APM FLF 304-SL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL 304	283193	UN	NÃO	NÃO	1	5	R\$ 967,93	R\$ 4839,67
		APLICADOR DE AMARRILHO ELÁSTICO COM PONTA ATIVA DE 3,8 MM, COM								

13		PONTA APLICADORA E EXTRATORA, EM AÇO INOX REF: 75.01.002	417698	UN	SIM	NÃO	1	3	R\$ 19,00	R\$ 57
14		ARCO ORTODÔNTICO EXTRAORAL MÉDIO DURO (.051) - EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REF: 50.11.002	434152	UN	SIM	NÃO	2	3	R\$ 22,00	R\$ 66
15		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL INFERIOR CRNI REDONDO 0,30 MM (0,012"), 0,35 MM (0,014"), 0,40 MM (0,016"), 0,45 MM (0,018"), 0,50 MM (0,020") (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.70.000	433343	PCT	SIM	NÃO	4	60	R\$ 8,08	R\$ 484,6
16		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL SUPERIOR CRNI REDONDO 0,30 MM (0,012"), 0,35 MM (0,014"), 0,40 MM (0,016"), 0,45 MM (0,018"), 0,50 MM (0,020") (A COMBINAR COM O FORNECEDOR. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.60.000	433342	PCT	SIM	NÃO	5	60	R\$ 8,59	R\$ 515,6
17		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL INFERIOR CRNI RETANGULAR 0,40X 0,55 MM (.016" X .022"), 0,43X 0,63 MM (.017" X .025"), 0,45X 0,63 MM (.018" X .025"), 0,48X 0,63 MM (.019" X .025")(A COMBINAR COM O FORNECEDOR. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.72.001	433345	PCT	SIM	NÃO	5	45	R\$ 10,04	R\$ 451,8
18		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL SUPERIOR CRNI RETANGULAR 0,40X 0,55 MM (.016" X .022"), 0,43X 0,63 MM (.017" X .025"), 0,45X 0,63 MM (.018" X .025"), 0,48X 0,63 MM (.019" X .025")(A COMBINAR COM O FORNECEDOR. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.62.001	433344	PCT	SIM	NÃO	2	10	R\$ 10,04	R\$ 100,4
19		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL NITI SUPERELÁSTICO REDONDO, PEQUENO, MÉDIO OU GRANDE, COM 0,30 MM (.012"), 0,35 MM (.014"), 0,40 MM (.016") OU 0,45MM (.018") (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.80.011	433353	PCT	SIM	NÃO	5	60	R\$ 11,38	R\$ 683
20		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL PEQUENO OU MÉDIO NITI SUPERELÁSTICO RETANGULAR 0,48 X 0,63 MM (.019" X .025"). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.82.014	433350	PCT	SIM	NÃO	2	10	R\$ 19,85	R\$ 198,5
21		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL MÉDIO NITI THERMO-PLUS REDONDO 0,30MM (0.012"). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.70.224	433398	PCT	SIM	NÃO	1	3	R\$ 11,85	R\$ 35,55

22		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL PEQUENO NITI THERMO-PLUS RETANGULAR 0,43X0,63MM (0.018"X0.025"). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.82.226	433400	PCT	SIM	NÃO	1	5	R\$ 20,52	R\$ 102,58
23		ARCO ORTODÔNTICO INTRAORAL MÉDIO NITI THERMO-PLUS RETANGULAR 0,43X0,63MM (0.018"X0.025"). EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 50.72.226	433397	PCT	SIM	NÃO	1	6	R\$ 22,00	R\$ 132
24		BANDA UNIVERSAL PARA MOLARES INFERIOR 36 MM, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM SELO DE CERTIFICAÇÃO CE. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 40.01.360	432579	EMB	SIM	NÃO	1	3	R\$ 12,00	R\$ 36
25		BOTÃO LINGUAL ORTODÔNTICO EM AÇO INOX P/ COLAGEM CÔNCAVO, MEDIDA 3,5 MM, EMBALAGEM C/ 10 UNIDADES. REF: 30.10.203	430764	UN	SIM	NÃO	2	30	R\$ 11,00	R\$ 330
26		BRAQUETE PRESCRIÇÃO EDGEWISE STANDARD .022" 16,26,36,46, COLAGEM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. MARCA MORELLI. REF: 10.30.210	431386	UN	SIM	NÃO	1	15	R\$ 16,63	R\$ 249,5
27		CAIXA PLÁSTICA PARA APARELHO ORTODÔNTICO COM TAMPA ARTICULADA, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	422781	PCT	NÃO	NÃO	1	15	R\$ 20,45	R\$ 306,7
28		CASQUETE PARA TRACIONADOR TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REF: 70.31.002	434182	UN	NÃO	NÃO	1	5	R\$ 32,33	R\$ 161,67
29		DOBRADOR DE AMARRILHO SPUTINIK COM 1 PONTA RETA E 1 PONTA CURVA. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	443204	UN	SIM	NÃO	1	10	R\$ 26,50	R\$ 265
30		ELÁSTICO EM CORRENTE CINZA CURTO 2,5 MM. - MÉDIO 3,3 MM - LONGO 4,0 MM. (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) – ROLO COM 4,5M. REF: 60.05.501	431941	UN	SIM	NÃO	1	15	R\$ 33,00	R\$ 495
31		ELÁSTICO ORTODÔNTICO INTRAORAL NATURAL MÉDIO 1/4. - 1/8 – 3/16 – 5/16 - (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) - EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES. REF: 60.01.203	431952	PCT	SIM	NÃO	2	30	R\$ 11,77	R\$ 353
32		ELÁSTICO ORTODÔNTICO INTRAORAL NATURAL PESADO 1/4. - 1/8 – 3/16 – 5/16 - (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) – EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES. REF: 60.01.322	431953	PCT	SIM	NÃO	2	20	R\$ 11,77	R\$ 235,33

33		ELÁSTICO ORTODÔNTICO EXTRAORAL NATURAL MÉDIO ½. OU PESADO ½ - (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. REF: 60.01.211	431961	PCT	SIM	NÃO	4	40	R\$ 11,77	R\$ 470,67
34		ELÁSTICO P/ LIGADURA TIPO BENGALINHA COM DIÂMETRO INTERNO 1.30MM , EMBALAGEM C/ 1000 UNIDADES, COR AZUL MARINHO OU CINZA OU PRETA (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) MARCA MORELLI. REF 60.03.316	431944	PCT	SIM	NÃO	2	35	R\$ 7,82	R\$ 273,58
35		ELÁSTICO ROTATOR CINZA FABRICADO EM POLIURETANO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. REF: 60.07.101	431964	PCT	SIM	NÃO	1	3	R\$ 12,50	R\$ 37,5
36		ELÁSTICO SEPARADOR AZUL, MEDIDA 5 /32 = 4,0MM, EMBALAGEM C/ 1000 UNIDADES REF 60.04.200	431967	PCT	SIM	NÃO	1	2	R\$ 10,64	R\$ 21,27
37		EMBALAGEM PARA ELÁSTICO ORTODÔNTICO - PACOTE COM 50 UNID.	422785	PCT	NÃO	NÃO	1	8	R\$ 23,10	R\$ 184,77
38		ESPORÃO EDUCADOR LINGUAL, COLAGEM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 30.60.002	430767	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 16,50	R\$ 82,5
39		GANCHO ORTODÔNTICO PARA TRAÇÃO DE DENTES INCLUSOS. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 30.21.104	431764	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 23,00	R\$ 115
40		GANCHO PONTA BOLA RETO, UTILIZADO EM ARCOS ATÉ .021" X .025". EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 30.40.005	431763	UN	SIM	NÃO	1	20	R\$ 15,60	R\$ 311,93
41		INSERTO EM NYLON PARA ALICATE SACA BANDA. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.	454437	UN	NÃO	NÃO	1	5	R\$ 79,61	R\$ 398,03
42		KIT DE FERRAMENTAS PARA INSTALAÇÃO DE MINIPARAFUSO ORTODÔNTICO, CONTENDO ESTOJO ESTERILIZÁVEL, CHAVE DE MÃO, CHAVE DIGITAL, PONTA-LANÇA, CHAVE HEXAGONAL HASTE CURTA DE 12 MM EM AÇO INOXIDÁVEL COM ANEL DE CONTENÇÃO EM NITINOL, CHAVE HEXAGONAL HASTE MÉDIA DE 28 MM EM AÇO INOXIDÁVEL COM ANEL DE CONTENÇÃO EM NITINOL, CHAVE HEXAGONAL HASTE LONGA DE 45 MM EM AÇO INOXIDÁVEL COM ANEL DE CONTENÇÃO EM NITINOL. MARCA: MORELLI. REF: 37.20.001	456423	UN	SIM	NÃO	1	15	R\$ 501,67	R\$ 7525

43		LIGADURA TIPO KOBAYASHI CURTO, CRNI REDONDO .012". EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES.	427356	EMB	NÃO	NÃO	1	15	R\$ 16,93	R\$ 254
44		MARCADOR DE BANDAS TIPO ESTRELA (3.5MM 5.0MM) REF: 75.01.023	427924	UN	SIM	NÃO	1	6	R\$ 46,00	R\$ 276
45		MASCARA FACIAL PETIT COR AZUL. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. REF: 70.50.001	434194	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 51,00	R\$ 255
46		MINIPARAFUSO ORTODÔNTICO EXTRARRADICULAR DE AÇO COMPR: 12MM TRANSM.: 4MM Ø2MM. EMBALAGEM CONTENDO 1 UNIDADE. REF. 37.10.412	427339	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 44,43	R\$ 222,17
47		MINIPARAFUSO ORTODÔNTICO PARA ANCORAGEM ABSOLUTA 6MM. - 8MM – 10MM SECÇÃO TRANSMUCOSA: 2MM - Ø1. 5MM. - A DEFINIR NO ATO DA COMPRA. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. REF: 37.10.201	455558	UN	SIM	NÃO	1	25	R\$ 51,80	R\$ 1295
48		MOLA FECHADA NITI PARA MINIPARAFUSO – 9MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. REF: 37.30.002.	431858	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 32,33	R\$ 161,65
49		MOLA ORTODÔNTICA FECHADA CRNI Ø0, 20 X ØINT.0,80, EMBALAGEM COM 1 METRO. REF 35.20.061.	431840	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 12,00	R\$ 60
50		MOLA ORTODÔNTICA ABERTA NITI 0,25 MM X INT.0,76MM X FOR. MED., EMBALAGEM COM 3 UNIDADES. REF 35.20.062.	431841	UN	SIM	NÃO	1	3	R\$ 31,15	R\$ 93,45
51		MOLDEIRA ODONTOLÓGICA PERFURADA TOTAL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO MORELLI, MODELO DENTADOS, EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES, SENDO 1 SUPERIOR E 1 INFERIOR, AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO Nº 6.	428751	CONJ	NÃO	NÃO	2	10	R\$ 20,57	R\$ 205,67
52		PASSADOR DE FIO DENTAL. UTILIZADO PARA GUIAR O FIO OU FITA DENTAL SOB PONTES FIXAS. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	419560	UN	NÃO	NÃO	1	10	R\$ 9,89	R\$ 98,9
53		PINÇA ORTODÔNTICA PARA COLAGEM DE BRAQUETES, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL. CABO LISO. REF: 75.01.022	427924	UN	SIM	NÃO	1	4	R\$ 45,93	R\$ 183,73
54		PORTA AGULHA ORTODÔNTICO MATHIEU, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. GARANTIA	471137	UN	SIM	NÃO	1	10	R\$ 122,60	R\$ 1226

		MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. TAMANHO DE 14 CM.								
55		POSICIONADOR DE ELÁSTICO ORTODÔNTICO EM PLÁSTICO ATÓXICO.	417698	UN	NÃO	NÃO	51	5	R\$ 14,27	R\$ 71,33
56		RESINA PARA LEVANTE DE MORDIDA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA CRIAÇÃO DE ESPAÇO EM ALINHADORES PARA MOVIMENTAÇÃO DENTÁRIA E PARA CRIAÇÃO DE PLANOS DE MORDIDA. APRESENTAÇÃO COMERCIAL EM SERINGA COM 4 G, COR AZUL.	390511	UN	SIM	NÃO	1	5	R\$ 81,90	R\$ 409,5
57		STOP ORTODÔNTICO ABERTO PARA FIOS ATÉ .022". EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. REF: 30.40.008	427345	PCT	SIM	NÃO	1	4	R\$ 14,57	R\$ 58,27
58		TALA ORTODÔNTICA COM GANCHO PARA TRAÇÃO BAIXA, UNIDADE REF: 70.20.032.	434178	UN	NÃO	NÃO	1	10	R\$ 16,50	R\$ 165
59		TUBO DE PROTEÇÃO PLÁSTICO CINZA Ø0.95MM. EMBALAGEM CONTENDO 1 ROLO REF. 60.05.411	429395	UN	SIM	NÃO	1	2	R\$ 11,00	R\$ 22
60		TUBO PRESCRIÇÃO ROTH SIMPLES .022" COLAGEM MOLAR SUP DIR (16,17) – SUP ESQ (26,27) – INF ESQ E INF DIREITO – COM GANCHO, (A COMBINAR COM O FORNECEDOR), EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. MARCA MORELLI. REF: 20.11.211.	432341	EMB	SIM	NÃO	5	50	R\$ 31,50	R\$ 1575
61		TUBO PRESCRIÇÃO ROTH DUPLO CONVERSÍVEL .022" COLAGEM MOLAR SUP DIREITO E ESQ E INFERIOR DIR E ESQ COM GANCHO, (A COMBINAR COM O FORNECEDOR) – TORQUE = -14° / DISTAL - OFF SET = 14° / COMPR. = 3,5 MM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. MARCA MORELLI REF: 20.11.417.	427326	EMB	SIM	NÃO	5	30	R\$ 36,44	R\$ 1093,3

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 dias** contados do **recebimento da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000030/2026

II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025

III) Id do item no PCA: 121

VI) Classe/Grupo: 6520

V) Identificador da Futura Contratação; 120060-89/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1. A presente contratação de materiais odontológicos fundamenta-se no princípio do desenvolvimento nacional sustentável, buscando a promoção do consumo responsável (ODS 12) e a proteção à saúde pública.;**

**4.1.2. Alinhamento Institucional: A contratação está em estrita consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão e com o Plano de Contratações Anual (PCA), visando a racionalização de gastos e a redução de impactos ambientais negativos.;** e

**4.1.3. Regularidade Sanitária: Em virtude da natureza dos produtos, todos os itens devem possuir registro ou notificação vigente na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013, garantindo que os materiais atendam aos requisitos de segurança e desempenho essenciais.**

**4.1.4. Logística Reversa de Plásticos (Decreto nº 12.688/2025): A contratada obriga-se a implementar o sistema de logística reversa para as embalagens plásticas dos produtos fornecidos (primárias, secundárias ou terciárias), assegurando o seu retorno após o uso para reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada.**

**Parágrafo único: Na operacionalização da logística reversa, deverá ser dada prioridade à participação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.**



**4.1.5. Cláusulas Antidiscriminatórias e Sociais:** A contratada deverá adotar medidas preventivas para evitar qualquer tipo de discriminação (raça, gênero, orientação sexual ou deficiência) no ambiente de trabalho e no atendimento ao público, em observância ao ODS 18 (Igualdade Racial) e ao Decreto nº 11.430/2023.

**4.1.6. Especificação Técnica:** Os bens adquiridos devem ser constituídos, no que for tecnicamente possível, por material reciclado, atóxico e biodegradável, observando as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

**4.1.7. Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):** Caso os itens fabricados se enquadrem no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, a licitante deverá comprovar que o fabricante detém registro regular e Certificado de Regularidade válido perante o IBAMA.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: **Há indicação de marca MORELLI®, conforme consta na descrição do Item 1.1 do Termo de Referência, para os itens 26, 34, 42, 60 e 61.** A indicação da marca citada para os itens 26, 34, 60 e 61 se justifica por serem peças de montagem de aparelho que precisam de padronização, pois cada marca possui angulação diferente das peças e a montagem de aparelho ortodôntico utilizando peças diferentes compromete o sucesso clínico do caso. A marca solicitada já é utilizada pelo efetivo na montagem dos aparelhos ortodônticos atualmente. A indicação da marca citada para o item 34 se justifica por oferecer vantagens em relação a outras marcas, como elasticidade e baixa deformação, ser isento de metais pesados, os pigmentos das cores são formulados para resistir às influências da acidez dos alimentos e da corrente galvânica presente no aparelho ortodôntico, possuir ótima memória de forma, estabilidade de cor e baixos índices de perda da força elástica (em 25 dias).

### Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados **do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, em remessa única do quantitativo previsto na respectiva Nota de Empenho.**

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **SEÇÃO DE ODONTOLOGIA - Estrada de Aguaí s/nº (SP-225), Jardim Godoy, CEP: 16361-750, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas.**

5.2.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **um terço** do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **01/06/2025**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.12. No caso de exercício de atividade de aquisição de material de consumo odontológico geral, conforme itens apostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência:**

**Prova de atendimento aos seguintes requisitos:**

**9.12.1 Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;**

**9.12.2 Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art.3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;**

**9.12.3 A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).**

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 39.981,64 (trinta e nove mil e novecentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Pirassununga, 16 de março de 2026.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

## **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (Cinco)*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

2.3. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2] ).*

2.4. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.5. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.6. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (*trinta*). [A5]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.19 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

**4.1.23. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.**

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.4. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ABRAAO GONCALVES ROMBE**

Chefe da Célula de Material Odontológico



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 10:08:49.

**WELLINGTON MARCELO FERNANDES**

Ordenador de Despesas







MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR120060_000030_2026 Atualizado
Data/Hora de Criação:	22/06/2026 13:12:41
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	eaeeef003d6d4e206c0d5550bc01b12f8
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ABRAÃO GONÇALVES ROMBE no dia 22/06/2026 às 10:13:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten MARIANI LAZAROTO SCHÄFER no dia 22/06/2026 às 10:35:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ANDRÉIA ALVES CARDOSO no dia 22/06/2026 às 10:37:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten MARIA EDUARDA GIRALDI BEZERRA no dia 24/06/2026 às 11:37:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 24/06/2026 às 11:54:12 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO